

Que país será esse?

JORNAL DO BRASIL

André Gustavo Stumpf

O Presidente da República dispõe de boas razões para se recolher e meditar no refúgio da ilha de Curupu no litoral do Maranhão. Ele vai permanecer no seu descanso até o início do ano, quando retornará a Brasília para administrar um dos períodos mais densos da história republicana deste país. O ano de 1987 reúne todos os ingredientes para se transformar no momento ideal de explosão de uma crise anunciada com meses de antecipação.



Coisas da política

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, disse na antevéspera de Natal que, se não houver um pacto social, a situação brasileira ficará muito difícil. São palavras que soam estranhas na boca de quem, até pouco tempo atrás, só transmitia idéias e mensagens embebidas por uma alegria contagiosa. Mas a realidade da crise, que temia em ser mais forte que o discurso oficial, vai assumindo uma luminosidade capaz de ferir mesmo os olhos menos sensíveis.

A primeira crise diz respeito à elaboração do orçamento da União, que teve como base a euforia do Plano

Cruzado. Os dinheiros públicos foram organizados para 1987 como se no próximo ano não fosse haver inflação. Prevaleceu, então, o discurso da inflação zero que, de tão repetido, foi aceito pela burocracia como uma verdade incontestável. O resultado na prática é que as verbas da União, neste país que retornou à inflação de cinco por cento ao mês, vão terminar antes do final do primeiro semestre.

Mas, além do retorno da inflação, fenômeno que corrói as finanças, o Presidente da República concedeu aumentos salariais a funcionários públicos civis e militares, e lhes destinou, também, o décimo terceiro salário. Os ministros da área econômica, que não estavam avisados dessa decisão, procuram agora os meios para solucionar mais essa dívida. Onde arranjar dinheiro para honrar os compromissos assumidos pelo Presidente da República? A resposta é vaga: esses recursos virão do excesso de arrecadação, informa, lacônico, um ministro de estado.

Essa é uma crise com data marcada para ocorrer e de solução previsível, porque o Governo, usualmente, apenas imprime mais dinheiro para realizar seus pagamentos. Se pudesse imprimir dólares, estaria com a dívida externa solucionada. E não está. O Clube de Paris, que reúne credores oficiais, está inclinado a conceder ao Brasil apenas um novo prazo — o Brasil não paga seus débitos naquele clube de credores há dois anos, o que constitui uma típica situação de moratória — e com isso ganhar tempo para avaliar melhor as perspectivas deste país.

As crises econômico-financeiras costumam provocar profundas dissensões políticas. A República Velha vinha dando sinais de exaustão desde a década de vinte, mas somente foi derrubada quando os produtores de café foram à ruína com a queda da bolsa de Nova Iorque. O regime dos generais também vinha dando sinais de exaustão, em razão de seu excesso de autoritarismo, desde de 1980, mas o setembro negro de 1982 selou seu destino, porque o Governo comandou uma profunda recessão interna. O regime passado caiu e não restou ninguém sequer para chorar o seu desaparecimento.

A Nova República do presidente Sarney foi embalada no doce canto do sucesso econômico e no discurso da modificação institucional. Os dois pontos de apoio se revelaram falsos: o Plano Cruzado exigiu reformas de bom tamanho e grande alcance até chegar a situação semelhante à da recessão passada. E a mudança institucional ainda não foi realizada, embora este governo tenha caminhado bastante naquela direção. Ocorre que a modificação institucional será obra da Assembléa Nacional Constituinte. Restará ao governo federal a tarefa de administrar com as leis que hoje estão em vigor e aguardar que os constituintes decidam como será o Brasil de 1988.

Por essa razão, há uma tentativa de controlar a Constituinte que vai gerando vítimas antecipadas. A disputa pela presidência da Câmara entre os deputados Fernando Lyra e Ulysses Guimarães já constitui um

retrato acabado da divisão interna dentro do maior partido deste país. O presidente do PMDB, que foi uma legenda na campanha pelas diretas, passou a ser etiquetado como um péssimo presidente da Câmara e um político de tanta ambição a ponto de acumular quatro cargos. A disputa é, em si, antes de qualquer análise e sem contabilizar vencidos e vencedores, uma derrota para a hegemonia que Ulysses Guimarães e seu grupo mantinham dentro do partido. O PMDB deu início ao seu processo de renovação.

São crises anunciadas e de solução difícil. O Presidente da República terá que negociar com essa Constituinte a extensão de seu mandato, enquanto com a outra mão tentará insinuar um pacto de transição a ser assinados pelas entidades sindicais. Tudo isso vai ocorrer em 1987, tendo como pano de fundo o orçamento reduzido a uma ficção e os banqueiros internacionais rolando a dívida externa no aguardo de que o Brasil, afinal, decida que país quer ser. Diante de tantas dificuldades previsíveis, a Constituinte deverá catalisar fatos e idéias para promover uma catarse coletiva, pois, por incrível que pareça, quase um século depois da proclamação da República, alguns constituintes querem começar seu trabalho pela discussão do que foi decidido 98 anos antes. E porque ninguém sabe que país será esse, 1987 tem todos os ingredientes para se constituir num período inesquecível.

André Gustavo Stumpf é repórter especial do JORNAL DO BRASIL em Brasília